



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

**ATA Nº 80/2025**

<b>Reunião do Grupo de Trabalho Igualdade de Gênero e Ministério da Saúde</b>		
<b>1. Identificação da Reunião</b>		
Data: 29/05/2025	Horário: 1h30	Local: Videoconferência
<b>2. Participantes</b>		
<b>Nome</b>	<b>Representação ou cargo</b>	
Renata Reis - Coordenador-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres - Departamento de Gestão do Cuidado Integral (DGCI)		
Celmário Castro Brandão - Coordenador de Atenção à Saúde do Homem		
Juliana Wahl - Atenção à Saúde das Mulheres		
Márcia Morgado, Procuradora Regional da República, Coordenadora		
Priscila Schreiner, Procuradora Regional da República		
Pedro Machado, Procurador Regional da República		
Caroline Maciel, Procuradora Regional da República		
Priscila Strassburger, Assessoria da PFDC		
<b>3. Memória de Reunião</b>		
<p><b>Dra Caroline</b> lembrou a proposta inicial do Grupo de Trabalho discutida na reunião anterior, destacando que a fala da Renata, bastante impactante, motivou a reflexão coletiva sobre a prevenção da violência contra a mulher em grandes obras. Na ocasião, mencionou ter entrado em contato com o proprietário de uma empresa do setor, que demonstrou interesse não apenas naquela obra específica, mas também em outras, inclusive de maior porte. Este empresário a encaminhou a uma colaboradora responsável por ações sociais, mas ela percebeu que a referida profissional não possui o conhecimento técnico necessário para liderar um projeto com a complexidade pretendida.</p> <p>Explicou que a proposta do GT, então, consiste na elaboração conjunta com o Departamento de Gestão do Cuidado Integral (DGCI) de um projeto voltado à prevenção da violência contra</p>		

a mulher em grandes empreendimentos, por meio da conscientização dos trabalhadores e da adoção de uma postura institucional ativa. A ideia é que esse projeto possa servir como modelo a ser aplicado, futuramente, em obras de grande porte, pelo menos na esfera federal.

**Dra Caroline** relatou que, após diálogo com a coordenadora do GT, concluiu-se ser fundamental contar com a contribuição técnica dos profissionais que vivenciam diretamente essa realidade, do DGCI. Solicitou o apoio para a construção de indicadores, ações de monitoramento e mecanismos de avaliação, de modo a garantir que o projeto tenha impacto real e efetivo, evitando iniciativas meramente simbólicas ou superficiais.

**Renata** relatou que, ao receber a proposta de reunião para construção imediata de um projeto, buscou articulação com o Celmário, coordenador da área de Saúde do Homem. Destacou que, ao se tratar da prevenção da violência, é imprescindível o diálogo direto com os homens, sem prejuízo de ações voltadas à capacitação de profissionais locais para o reconhecimento e manejo adequado de situações de violência.

Ressaltou que o contexto das grandes obras representa uma oportunidade estratégica para essa abordagem e que, ao consultar o Celmário, foi informada da existência de diversas iniciativas já em curso na Coordenação de Saúde do Homem, com potencial de adaptação para o cenário proposto, inclusive em situações de emergência, como desastres naturais.

**Celmário** apresentou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, destacando seus cinco eixos estruturantes, dentre os quais se inclui a prevenção de violências e acidentes. Explicou que os homens são frequentemente tanto perpetradores quanto vítimas de diversos tipos de violência, sendo a violência contra a mulher um fator determinante e condicionante nos processos de saúde-doença masculinos, com impactos também de ordem social.

Nesse contexto, a Coordenação de Saúde do Homem tem atuado em diferentes frentes voltadas à prevenção da violência de gênero, com iniciativas que podem ser adaptadas ao cenário das grandes obras. Destacou a atuação junto à Atenção Primária à Saúde, que conta com mais de 500 mil trabalhadores distribuídos em cerca de 52 mil equipes de Saúde da Família em todo o país. Enfatizou o papel estratégico desses profissionais na identificação de sinais de iminência de violência, no acolhimento de vítimas e na atuação preventiva junto aos homens nos territórios.

Relatou que a Coordenação tem desenvolvido projetos voltados à formação de profissionais da atenção primária para atuar na identificação e prevenção de violências, como o Projeto Equaliza e parcerias com os institutos Promundo e Papo de Homem. Informou que há ações em curso em diversos estados, com metas ambiciosas de capacitação.

Citou ainda a situação crítica em municípios do Maranhão e Tocantins, afetados pela queda de pontes, onde o aumento do fluxo de homens tem trazido preocupações relacionadas à

violência. Destacou o ambiente de trabalho nas grandes obras como espaço estratégico para a promoção da saúde do homem e prevenção de violências, e reforçou o interesse do Ministério da Saúde em construir parcerias com empresas e adaptar iniciativas existentes a esse contexto.

**Renata** propôs a definição clara do objetivo e do público-alvo como primeiro passo para a construção do projeto conjunto. Destacou a existência de dois grupos distintos a serem considerados: os trabalhadores envolvidos diretamente na obra da ponte e os caminhoneiros que circulam pelas cidades impactadas pelo aumento do fluxo devido à queda da estrutura.

Ressaltou a importância de delimitar se o projeto abrangerá ambos os públicos ou se será necessário priorizar um deles inicialmente, uma vez que as estratégias de abordagem são diferentes. Enquanto os trabalhadores da obra permanecem fixos por um período, facilitando ações contínuas, os caminhoneiros têm um perfil mais itinerante e exigem outra lógica de intervenção. Enfatizou a necessidade de objetividade para tornar o encontro mais produtivo.

**Dra Márcia** manifestou concordância com a importância de contemplar as duas frentes — trabalhadores da obra e caminhoneiros —, mas sugeriu iniciar o projeto com foco nos trabalhadores, considerando que já existe um canal de contato estabelecido com a empresa responsável. Argumentou que esse direcionamento inicial permitiria uma delimitação mais objetiva do público-alvo e facilitaria a organização das ações. Indicou, ainda, que outras frentes poderão ser incorporadas de forma progressiva, à medida que o trabalho avançar e novas demandas forem identificadas.

**Celmário** manifestou interesse em compreender melhor as expectativas e possibilidades por parte do Ministério Público em relação ao projeto. Questionou se a intenção é realizar um investimento em escala ampliada, extrapolando a situação específica do Tocantins, com o objetivo de contribuir com as estratégias que o Ministério da Saúde já vem desenvolvendo.

**Dra Caroline** expôs que a proposta inicial consiste em desenvolver um projeto piloto voltado para que empresas responsáveis por grandes obras federais implementem programas de prevenção à violência contra a mulher. Destacou que a execução ficaria a cargo dessas empresas, considerando que o Ministério da Saúde e o Ministério Público têm limitações para realizar diretamente tais ações.

Mencionou que a empresa envolvida na obra do Tocantins demonstrou interesse em participar do projeto piloto, que poderia ser expandido futuramente, mediante os resultados obtidos, para outras obras em âmbito nacional. A partir disso, seria possível buscar instrumentos jurídicos, como termos de ajuste de conduta, para exigir a inclusão desses programas nos editais de licitação.

Por fim, Dra Caroline ressaltou a necessidade de estabelecer diretrizes claras para as empresas.

**Dr Pedro** propôs a elaboração de um protótipo de projeto que possa ser apresentado à empresa interessada, para que ela desenvolva sua própria proposta com base nesse modelo. Destacou que os custos devem ser assumidos pelas empresas e que, após validação, o projeto pode servir de base para acordos futuros e ser replicado em outras obras, gerando também retorno positivo de imagem para as empresas envolvidas.

**Celmário** considerou mais clara a proposta ao se mencionar a possibilidade de termos de ajuste de conduta, mas sugeriu que se inicie com uma recomendação formal por parte do Ministério Público, destacando seu potencial impacto. Ressaltou que a inclusão da temática de prevenção à violência contra a mulher nas contratações públicas de grandes obras seria uma mudança significativa e altamente positiva.

Relatou o modelo de ação adotado em grandes empreendimentos, baseado em oficinas reflexivas curtas (30 minutos a 1 hora), adaptadas à rotina e à disponibilidade dos trabalhadores. Enfatizou a necessidade de definir uma matriz de conteúdos com linguagem acessível e impacto real, mencionando a experiência do Projeto Equaliza como referência. Destacou que, por não dominarem a temática, as empresas deveriam contratar consultorias especializadas. Sugeriu ainda o uso de dados do sistema de vigilância em saúde para monitorar notificações de violência de gênero nos municípios, embora reconheça sua limitação devido à subnotificação.

Sugeriu propor um modelo de recomendação para as empresas, indicando a contratação de consultorias especializadas nas temáticas. Também propôs a elaboração de uma matriz com os conteúdos essenciais a serem desenvolvidos. Ressaltou-se que a forma de execução desses conteúdos dependerá, em grande parte, das condições oferecidas pelos empregadores, estando fora da governabilidade do grupo proponente.

Apontou a possibilidade de desenvolver materiais em formato EAD como recurso complementar, o que permitiria ampliar significativamente o alcance das ações. Reconheceu, por outro lado, a perda do caráter interativo presente em rodas de conversa presenciais. Ainda assim, considera o EAD uma ferramenta didática estratégica para impulsionar os conteúdos propostos.

**Celmário** pontuou que, diante da boa relação estabelecida pela Dra Caroline com a empresa, talvez não seja necessário, neste momento, recorrer a instrumentos formais como TAC ou recomendações. Ressaltou que os TACs pressupõem condutas inadequadas a serem corrigidas, o que pode não refletir o contexto atual da obra. Destacou ainda os ganhos econômicos para a empresa ao investir em ações voltadas à saúde e masculinidades, com impacto positivo na redução do absenteísmo e aumento da produtividade. Como encaminhamento, sugeriu que as equipes dos homens e das mulheres elaborem, em conjunto, um projeto breve com proposta metodológica e modelos de oficinas, a ser apresentado à

empresa como referência do que se espera que seja implementado. A proposta deverá ser construída em cerca de dez dias e submetida à avaliação do grupo.

**Dra Márcia** concordou com a proposta de Celmário sobre a elaboração de um projeto inicial. Destacou que, se receber o documento previamente, o grupo poderá analisá-lo antes da próxima reunião, otimizando o tempo do encontro e já permitindo a apresentação de sugestões. Propôs que, após essa etapa, seja agendada uma reunião com a empresa, conforme Dra Caroline considerar mais adequado.

**Celmário** enviará o material à assessoria da PFDC assim que estiver preparado.

#### 4. Itens de Deliberação

Descrição	Responsável	Prazo
Elaboração de projeto inicial para apresentar à empresa de Tocantins	Renata e Celmário	Imediato
Reunião com a empresa após apresentação e discussão sobre o projeto.	Dra Caroline Maciel	Após próxima reunião

#### 5. Fechamento da ata

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Marcia Morgado Miranda**

Procurador Regional da República

Coordenador do GT Igualdade de Gênero

**Priscila Strassburger**

Assessoria Multidisciplinar



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00198627/2025 ATA nº 80-2025**

---

Signatário(a): **MARCIA MORGADO MIRANDA**

Data e Hora: **02/06/2025 15:54:45**

Assinado com login e senha

---

Signatário(a): **PRISCILA VILELA STRASSBURGER DANIGNO**

Data e Hora: **05/06/2025 11:54:25**

Assinado com login e senha

---

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3271e91d.3a6e6177.2eb38495.994a6e96